

1. $\frac{120}{100}$
2. $\frac{120}{100}$
3. $\frac{120}{100}$

Situação Financeira



0. 15
f
f
f
μ

Análise da Situação Financeira



ANÁLISE AO RELATÓRIO DE GESTÃO ANO DE 2017

A situação financeira do Município decorrente da execução orçamental do exercício de 2017 poderá ser avaliada mediante a análise dos quadros apresentados seguidamente e identificando os principais fatores que contribuíram para o resultado apurado.

As receitas arrecadadas na globalidade atingiram € 45.157.193 (quarenta e cinco milhões cento e cinquenta e sete mil cento e noventa e três euros), tendo ficado aquém, em € 5.862.589 (cinco milhões oitocentos e sessenta e dois mil quinhentos e oitenta e nove euros), do valor previsional corrigido das mesmas € 51.019.782 (cinquenta e um milhões dezanove mil setecentos e oitenta e dois euros), ou seja, valor resultante da soma do inicialmente previsto da receita € 49.019.782 (quarenta e nove milhões dezanove mil setecentos e oitenta e dois euros), com o valor de € 2.000.000 (dois milhões de euros) relativo ao empréstimo de curto prazo inscrito no orçamento após respetiva contratação formalizada, o que corresponde a uma cobrança de receita na ordem de 88,5% do montante da previsão corrigida e de 92,1% do valor inicialmente previsto. Para aquele diferencial (€ 5.862.589) contribuiu a menor captação de receita corrente no montante de € 3.570.730 (três milhões quinhentos e setenta mil setecentos e trinta euros), enquanto a receita de capital e as reposições não abatidas verificaram uma arrecadação de menos € 291.859 (duzentos e noventa e um mil oitocentos e cinquenta e nove euros) comparativamente ao montante inicialmente orçamentado para estas receitas de capital.

A captação das receitas correntes, situou-se em € 42.470.296 (quarenta e dois milhões quatrocentos e setenta mil duzentos e noventa e seis euros), ou seja, 92,2% relativamente ao montante de € 46.041.026 previsto (quarenta e seis milhões quarenta e um mil e vinte e seis euros), realização influenciada, nomeadamente nos Impostos Diretos Municipais (IMI e IUC) e nas receitas próprias do município, tais como as que são provenientes da aplicação de Taxas e Licenças Municipais na sequência da aprovação de Projetos de Loteamentos e, da Construção de Obras Particulares, da Venda de Bens e Serviços aos munícipes - clientes, Rendimentos de Propriedade, entre outras.

Os € 3.570.730 (três milhões quinhentos e setenta mil setecentos e trinta euros), auferidos a menos na receita corrente, relativamente ao valor de € 46.041.026 inicialmente esperado (equivalente a 7,8%) resultam principalmente dos desvios registados nos seguintes capítulos da receita:

- Taxas Multas e Outras Penalidades, Venda de Bens e Serviços, Transferências Correntes, Impostos Diretos, Outras Receitas Correntes e Rendimentos de Propriedade registaram por ordem decrescente menos € 1.592.021, € 674.485, € 426.641, € 405.562, € 402.333 e € 115.165, respetivamente de verbas arrecadadas relativamente às previstas, apenas os Impostos Indiretos ultrapassaram o valor dotado inicial em € 45.477.

No respeitante às Receitas de Capital, o desvio negativo de € 291.859 (duzentos e noventa e um mil oitocentos e cinquenta e nove euros) verificado, resulta da diferença entre o montante da arrecadação € 2.686.897 (dois milhões seiscentos e oitenta e seis mil oitocentos e noventa e sete euros) e o valor da previsão inicial € 2.978.756 (dois milhões novecentos e setenta e oito mil setecentos e cinquenta e seis euros), sendo que contribuiu para aquele valor registado:

- Menor captação de receita no capítulo da Venda de Bens de Investimento no valor de € 60.776 relativamente à verba de € 62.226 dotada, devido à não concretização da alienação de Habitações municipais no valor de € 54.761 e da não alienação de Maquinaria e Equipamento no valor de € 6.000, das dotações respetivamente previstas e à realização de mais €15 resultante da Venda de Equipamento de Transporte relativamente à dotação inicial de € 1.435;

- Menor arrecadação de € 364.340 nas Transferências de Capital correspondente a 28% do valor inicialmente previsto de € 1.302.529, o que se ficou a dever principalmente a menores recebimentos previstos na sua maioria de comparticipações da Administração Central referente ao contrato programa ARSLVT - Instalação Unidades de Saúde em Sesimbra e de cofinanciamentos provenientes de candidaturas a Fundos e Iniciativas Comunitários já que o montante da verba arrecadada de Particulares (quanto a pagamentos de proprietários de encargos de urbanizações) superou em € 83.827, os € 392.611 da dotação orçada:

- Nas Transferências do Estado verificou-se uma arrecadação de menos € 100.030 relativamente ao valor inicialmente inscrito, dado que nos projetos de contratos programa não se arrecadou qualquer montante (€ 100.010 previsto), assim como outras transferências da mesma natureza de receita menos € 20;
- Estado - Participação Comunitária de Projetos Cofinanciados menos € 348.137 referente às comparticipações comunitárias em projetos municipais, aprovados e enquadrados no Portugal 2020, a saber:
 - No PDCT – AML - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa auferiu-se menos € 138.716 relativamente ao valor inicialmente previsto arrecadar (€170.350), tendo contribuído significativamente para aquela diferença verificada, a não arrecadação de quaisquer verbas relativas às receitas dotadas para a Promoção da Eficiência Energética em Edifícios e Equipamentos Públicos Municipais, a Reabilitação do Santuário Nossa Senhora do Cabo Espichel e a Ampliação das Infraestruturas do Ensino Pré-Escolar e Básico na Quinta do Conde, €100.150, € 10.100 e € 50.000, respetivamente, enquanto o projeto PRARRÁBIDA - Conservação, Valorização e Promoção do Património da Arrábida ascendeu a mais € 21.534 relativamente à verba inicialmente dotada de € 10.100;

- 8
- 24e
- 17
- f
- mu
- f
- Nos projetos PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano insertos, nomeadamente Mobilidade Urbana Sustentável (criação de diversas redes pedonais e ciclovias) auferiu-se menos € 132.300 relativamente ao mesmo montante dotado, Ação de Regeneração Urbana no Município de Sesimbra menos € 60.100 relativamente a igual valor dotado, Ação Integrada para Comunidades desfavorecidas no Concelho menos € 160.782 dos € 193.510 dotados, o que correspondeu a arrecadar apenas 17% deste último valor e referente ao projeto de Reabilitação de Áreas Disfuncionais para Habitação Social no Bairro Infante D. Henrique;
 - Nos projetos candidatados ao Fundo de Coesão 2014-2020 POSEUR, Eixo Prioritário - Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência dos Recursos, designadamente a Elaboração de Cadastro de Infraestruturas nos Sistemas em Baixa /AA e SAR e o Fecho do Sistema de Saneamento Águas Residuais Lagoa de Albufeira-Meco/Zambujal Sul/Poente/Azóia/Pinheirinhos verificam um desvio de menos € 1.058 relativamente ao montante dotado naqueles dois projetos de € 38.010;
 - No âmbito de cofinanciamentos Outras, do FEDER auferiu mais € 41.915 relativamente à verba dotada (de € 1.000) e respeitou à candidatura ao Fundo Ambiental (de carros elétricos adquiridos para os serviços urbanos), do Fundo de Coesão menos € 1.000, valor igual ao da dotação respetiva, e Outras Iniciativas mais € 103.795, resultante da diferença entre o somatório da arrecadação de € 95.147 e de € 9.648 respetivamente da Abertura da Lagoa de Albufeira (candidatura do Fundo Ambiental) e da Requalificação da Várzea da Quinta do Conde (IFAP) e a dotação inicial de € 1.000;
 - Recebimento de mais € 83.827 na receita com origem nas Famílias, explicado pelo valor arrecadado para mais de € 50.215 e de € 36.038, respetivamente, referentes aos Proprietários da Lagoa de Albufeira e da Quinta do Conde, e de menos € 2.426 - Outros Proprietários (restante Concelho), relativamente aos valores inicialmente previstos respetivamente €140.185, € 250.000 e € 2.426.

- Os Passivos Financeiros também registaram a captação de receita de € 1.745.671, na sequência da utilização de 65% do limite do empréstimo de curto prazo contratado com o Banco BPI que foi de € 2.000.000, dos empréstimos de médio e longo prazos respetivamente de € 735.000 e de € 998.000 contratados (em fase de utilização desde final de setembro de 2016 cujo período é de 2 anos) com a CCAMCA, C.R.L., tiveram uma execução em 2017 apenas de € 160.000 ou seja 25,6% relativamente aos € 624.915 dotado no orçamento e relativo ao de médio prazo enquanto o de longo prazo arrecadou € 285.671, 30,1% da verba dotada para 2017 que era de € 950.000.

- Nas Outras Receitas de Capital, capítulo residual nesta natureza, verificou um desvio de menos € 29.053, relativamente ao valor que foi inicialmente previsto.

- Nas Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos, registou um desvio de menos € 8.446, relativamente ao valor que foi previsto no orçamento.

O Total das Receitas arrecadadas (Correntes + Capital) no montante de € 45.157.193, atingiram 92,1% do valor inicialmente dotado que era € 49.019.782, tendo sido registado um desvio de menos € 3.862.589.

A soma das Receitas Correntes e de Capital auferidas (€ 45.157.193) representou 88,5% do valor total da sua previsão corrigida, na sequência da inscrição do empréstimo de curto prazo contratado (€ 51.019.782 = € 49.019.782 previsão inicial + € 2.000.000 empréstimo de curto prazo), o que correspondeu a arrecadar menos € 5.862.589, ou seja aproximadamente menos 11,5%.

O saldo global do equilíbrio orçamental negativo de € 2.519.991 no ano de 2017 é cerca de 99% do verificado no ano anterior (o qual foi menos € 2.524.436), tendo diminuído € 4.445, aproximadamente 1% e, resulta do comportamento dos saldos reais, do corrente e de capital:

- O défice do saldo real corrente de mais € 6.726.416 explica-se pelo montante das receitas correntes auferidas em 2017, as quais atingiram 92,2% da verba inicialmente prevista (€ 46.041.026), equivalente a € 42.470.296, importância que foi superior à das despesas realizadas (as pagas acrescidas das assumidas e não pagas) de igual natureza, que registaram o valor de € 35.743.880. Estas últimas foram totalmente cobertas pelas primeiras tendo melhorado bastante relativamente ao ocorrido nos três anos anteriores, dado que gerou um saldo real corrente positivo de € 6.726.416 superior a € 4.435.563, € 2.913.758 e a € 1.128.514 verificados respetivamente em 2016, 2015 e 2014, constatando-se a inversão da tendência negativa deste saldo verificada no período 2008 a 2013 e foi portanto a partir de 2014 que se retomou a tendência registada no período de 2003 a 2007 que também foi positiva neste saldo.
- O défice do saldo real de capital de menos € 9.246.407 resulta do valor das receitas de capital recebidas € 2.686.897 e do montante das despesas realizadas (as pagas acrescidas das assumidas e não pagas) de igual natureza no valor de € 11.933.304, tendo o grau de cobertura das segundas pelas primeiras sido de 22,5% aproximadamente. A arrecadação para menos de € 2.291.859 nas receitas de capital, relativamente à dotação de € 4.978.756 prevista corrigida (dotação inicial mais inscrição do montante do empréstimo curto prazo), corresponde à captação de cerca de menos 46 por cento daquele valor orçado, tendo sido insuficiente para fazer face ao valor atingido na mesma natureza de despesas registadas. Este tipo de receitas nos dois últimos anos registaram uma captação de € 2.947.486 e de € 2.686.897

respetivamente, o que denota um decréscimo em termos absolutos no ano de 2017 na ordem dos 8% em relação ao ano anterior. Este tipo de receita é diretamente influenciada pelo menor volume das participações obtidas da Administração Central (apoios no âmbito da cooperação técnica e financeira) e as provenientes de fundos comunitários para financiamento de parte dos custos dos projetos, e ainda pelo volume de receitas cuja captação depende da iniciativa privada (AUGI'S e Outros Proprietários de Lotes e Urbanizações no Concelho) já que o valor do FEF de Capital inscrito e arrecadado de € 212.618 correspondeu ao montante transferido pela Administração Central conforme indicado no Orçamento de Estado para 2017. Por outro lado, as despesas de capital (as assumidas pagas e não pagas) atingiram em 2017 o valor de € 11.933.304 enquanto em 2016 o seu valor foi de € 9.907.485 situação que correspondeu em termos absolutos a um acréscimo de cerca de 20%. O valor de € 11.933.304 corresponde a 78% da dotação final corrigida das despesas de capital € 15.248.781 no ano em análise.

CONCLUSÃO

O montante de menos € 891.822 (oitocentos e noventa e um mil oitocentos e vinte e dois euros) do Saldo Real de Tesouraria atingido no final de 2017 ainda teria sido inferior e mesmo teria sido positivo, se tivessem sido concretizados, a saber:

- A realização de um maior volume de receitas próprias do município, as quais foram prejudicadas:
 - ✓ Pela não captação no capítulo dos Impostos Diretos, tais como o Imposto Municipal de Imóveis (IMI) aproximadamente € 1.016.000, o Imposto Único de Circulação (IUC) cerca de € 317.000. É de referir ainda que se encontra em processo de cobrança pelas Finanças cerca de € 4.745.000, dos quais respeitantes aos IMI e CA - € 3.141.000, ao IMT - € 309.000 e ao IUC - € 1.295.000 aproximadamente;
 - ✓ No capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades foram cerca de menos € 1.592.000, para os quais contribuíram significativamente a quebra na captação de taxas provenientes do licenciamento de construções de particulares e de empresas, designadas como Loteamentos e Obras de Particulares, estas aproximadamente com € 1.462.000 e as de Saneamento (maior expressão a Taxa Infraestruturas Urbanas Água e Saneamento) com cerca de € 151.000. Notar que fruto da conjuntura o desenvolvimento das Augis também ficou aquém do previsto e a dívida à Câmara Municipal no

final de 2017 situou-se em cerca de € 9.686.000 no concernente a taxas urbanísticas das mesmas;

- ✓ Os Rendimentos de Propriedade verificou uma arrecadação para menos de cerca de € 115.000 relativamente ao orçado. Para tal contribuiu significativamente o desvio de cerca de € 123.000 verificado na captação de dividendos participação de lucros nas empresas municipais e intermunicipais;
- ✓ As Transferências Correntes registaram menos € 426.641 de captação para o qual contribuiu a retenção pela DGAL de € 127.569 devido a não validação atempada de informação do SIIAL (entretanto informação já validada e arrecadada no ano em curso) e menos € 299.072 de outras transferências designadamente € 276.818 de projetos cofinanciados dada a não execução dos mesmos e respetivos pedidos de pagamentos entre outros;
- ✓ A Venda de Bens e Serviços Correntes foi prejudicada pela não captação na Venda de Bens aproximadamente € 134.000 para os quais contribuíram com 90,2% as receitas provenientes da Venda da Água;
- ✓ As Outras Receitas Correntes registaram uma quebra de 47,5% relativamente ao valor previsto, tendo contribuído as verbas arrecadadas relativas a outras com menos € 402.333 comparativamente com o dotado no orçamento.

A tendência instalada de lenta retoma da atividade económica a partir de 2010, sofreu ténue inversão a partir dos últimos meses de 2016 e teve um ritmo ligeiramente superior em 2017, tendo a conjuntura sido influenciada no plano interno pelas políticas cautelosas aprovadas já no OE de 2016 (que entrou em vigor em 31 de Março de 2016) e reforçadas no OE de 2017, cuja implementação gerou redução do défice público, ligeiro aumento do consumo a nível de bens duradouros e não duradouros consequência do ligeiro aumento ocorrido a nível quer de rendimentos de parte das famílias, devido ao aumento de 5% do salário mínimo (fixado em € 557 em 2017) e aos efeitos da reversão gradual da redução remuneratória operada anteriormente, quer a nível do investimento privado que registou um ligeiro crescimento em consequência da aceleração das exportações e do ligeiro acréscimo verificado na procura interna. Estes fatores tiveram efeitos na situação económico-financeira do município que melhorou a expressão percentual de captação das receitas da autarquia relativamente quer ao montante inicialmente previsto quer ao montante corrigido após a inscrição dos montantes do empréstimo contratado em 2017 de curto (€ 2.000.000) para prevenir dificuldades de tesouraria.

O empréstimo bancário de curto prazo até € 2.000.000 utilizou-se por tranches no decorrer do exercício de 2017 e atingiu € 1.300.000 do valor contratado com o Banco BPI, tendo sido reembolsados € 1.000.000 no final de maio e os restantes € 300.000 foi amortizado no final de dezembro antes da conclusão do prazo legal para o efeito.

Paralelamente, no plano interno implementaram-se medidas concertadas de gestão, tais como atualização das Taxas e Licenças Municipais com a inflação de 0,5% registada no ano de 2015, manutenção do valor das taxas fixadas para as receitas instrumentais nomeadamente IMI e Derrama, taxa municipal de direitos de passagem aprovadas oportunamente pelos Órgãos Autárquicos competentes, visando proporcionar o aumento dos recursos financeiros próprios do município, enquanto a contenção de gastos a nível dos encargos de estrutura, implicou uma maior racionalização dos recursos humanos e materiais, e dos equipamentos existentes, a par da melhoria do desempenho verificado pelos diversos serviços (decorrente da nova estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal, aprovada no final de 2012 e cuja implementação tem vindo a ocorrer progressivamente desde então), complementada pelo aperfeiçoamento do sistema de contabilidade de custos implementado em 2013, fundamentalmente nos custos do setor da educação, e ainda, pelas normas de controlo interno, pelo plano de gestão e risco, e pelo sistema da qualidade existentes, resultando numa conjugação de fatores com reflexos bastante positivos, quer no prosseguimento da execução dos investimentos programados, quer na prestação de melhores serviços com mais qualidade à população do Concelho, realizados com graus mais elevados de eficiência e de eficácia.

A conjugação destas medidas contribuiu para que o saldo real de tesouraria em 2017 tivesse sido inferior ao registado em 2016, verificando uma melhoria na ordem de € 1.084.430 (um milhão oitenta e quatro mil quatrocentos e trinta euros), que em termos percentuais representou uma diminuição de aproximadamente 54,9%, sendo de mencionar que se continuou a cumprir a quitação (€ 2.279.247 relativamente à amortização capital e juros) do serviço da dívida de longo prazo, entre outros encargos decorrentes de:

- Funcionamento da estrutura;
- Encargos Financeiros (€ 1.300.934 de amortização de capital e juros) do empréstimo de curto prazo até € 2.000.000 em 2017 que foi contratado com o Banco BPI;
- Prossecução da execução de projetos municipais incluídos em comparticipações do Portugal 2020 e FEDER, entre outros;
- Desenvolvimento de atividades mais relevantes, entre as quais as dinamizadas e participadas diretamente pela autarquia, bem como o programa de apoio às Associações e Coletividades e às Instituições de Solidariedade Social do Concelho, as decorrentes de competências próprias na área ação social escolar entre outras na área da educação.

Para o pagamento das despesas indicadas anteriormente, foram utilizados cerca de € 44.709.959 das receitas totais de 2017 no valor de € 46.785.362 (€ 45.157.193 de receitas arrecadadas no exercício acrescidas de € 1.628.169 relativo ao saldo em numerário que transitou do ano anterior), sendo que da diferença entre as segundas e as primeiras (€ 46.785.362 - € 44.709.959) resulta o saldo orçamental em numerário que transita para o ano de 2018, ou seja, € 2.075.403.

Notar ainda, que 2017 foi o quarto ano que decorreu após o término da utilização do financiamento contratado com a Direção-Geral do Tesouro, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - Programa II, nos termos do n.º 3, do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, aditado em 14 de fevereiro de 2013, até ao montante de oito milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e onze euros e setenta e dois cêntimos, e que se destinou a pagar grande parte da dívida de curto prazo (nos termos do n.º 3, artigo 3.º da lei n.º 42/2012), tendo-se continuado a verificar um elevado grau de cumprimento por parte da Autarquia dos pressupostos anuais expressados no Plano de Ajustamento Económico e Financeiro no período de 2012 a 2026.

Deste modo, de acordo com dados extraídos da Ficha do Município do 4.º trimestre de 2017, extraída da página da DGAL, conclui-se que foi possível:

- Controlar a evolução do endividamento global - Quadro VII (de curto e de médio e longo prazos,) que passou do montante de € 21.197.844 no final de 2016 para € 19.048.105 no final de 2017, registando uma queda de € 2.149.739, ou seja uma diminuição de 10,1%.
- Garantir o equilíbrio orçamental de acordo com o definido com o artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta (€ 42.470.296) excedeu em cerca de € 8.513.713, o montante da despesa corrente paga no valor de € 33.956.583. Verificase que a despesa corrente paga acrescida do valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo de € 3.029.000, foi inferior ao da receita bruta auferida, pelo que o equilíbrio orçamental foi garantido no exercício.
- Dispor de margem de endividamento de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual estabelece um novo limite para a dívida orçamental situando-a em 1,5 vezes (equivalente a 150%) a média da receita corrente líquida auferida pela Autarquia nos últimos três anos.

O limite da dívida total da Autarquia (RFAL), nos termos do n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, situa-se em € 57.866.273.

Dado que a dívida total orçamental (a de curto mais a de médio e de longo prazo, excluindo dívidas não orçamentais, tais como de operações de tesouraria, cauções, garantias refletidas patrimonialmente e acréscimos de custos e proveitos diferidos e FAM) é de € 19.250.317, a margem absoluta de endividamento é de € 38.615.956, resulta da diferença entre o limite da

dívida total (RFAL) determinado de € 57.866.273 e a dívida total orçamental excluída da dívida não orçamental (€ 19.250.317) indicada.

Verifica-se que a Autarquia não ultrapassa o Limite da Dívida Total porque cumpre os seguintes pressupostos legais:

- A Dívida Total excluindo dívidas não orçamentais e FAM no valor de € 19.250.317 é menor que o montante do Limite da Dívida Total de € 57.866.273;
- A Dívida Total excluindo dívidas não orçamentais e FAM (€ 19.250.317) é menor que a média da receita corrente líquida (€ 38.577.515) cobrada nos últimos três anos anteriores ao exercício em apreço;

Atendendo a que a Autarquia cumpre o estipulado no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, verifica-se que de acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo, o limite possível da dívida total para 2017, não poderá aumentar mais do que 20% da margem disponível (€ 34.978.159) no início daquele ano, ou seja € 6.995.632.

QUADRO I
SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
EXERCÍCIO DE 2017

<u>1 - SALDO DO ANO ANTERIOR (NUMERÁRIO)</u>	1.628.169	
<u>2 - RECEITAS ORÇAMENTAIS</u>		
2.1 - RECEITAS CORRENTES	42.470.296	
2.2 - RECEITAS DE CAPITAL	2.686.897	
SUB - TOTAL	45.157.193	
TOTAL (1+2)		46.785.362
<u>3 - DESPESAS ORÇAMENTAIS</u>		
3.1 - DESPESAS CORRENTES (a)	35.743.880	
3.2 - DESPESAS DE CAPITAL (a)	11.933.304	
TOTAL (3)		47.677.184
<u>4 - EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL</u>		
4.1 - SALDO REAL CORRENTE	6.726.416	
4.2 - SALDO REAL CAPITAL	-9.246.407	
<u>5 - SALDO REAL DE TESOURARIA = TOTAL [(1+2)-3]</u>		-891.822
<u>6 - SALDO LÍQUIDO ACUMULADO (b)</u>		-733.793

(a) - ENGLOBA OS PAGAMENTOS EFECTUADOS ACRESCIDOS DOS ENCARGOS DE CURTO PRAZO ASSUMIDOS E NÃO PAGOS EM 2017, CONFORME QUADRO III.


(b) - CORRESPONDE AO VALOR DOS ENCARGOS DE CURTO PRAZO ASSUMIDOS E NÃO PAGOS EM 2017 (2.967.225 Euros) DEDUZIDO DOS SALDOS DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS (2.075.403 Euros) E DE DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS (158.030 Euros) QUE TRANSITAM PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

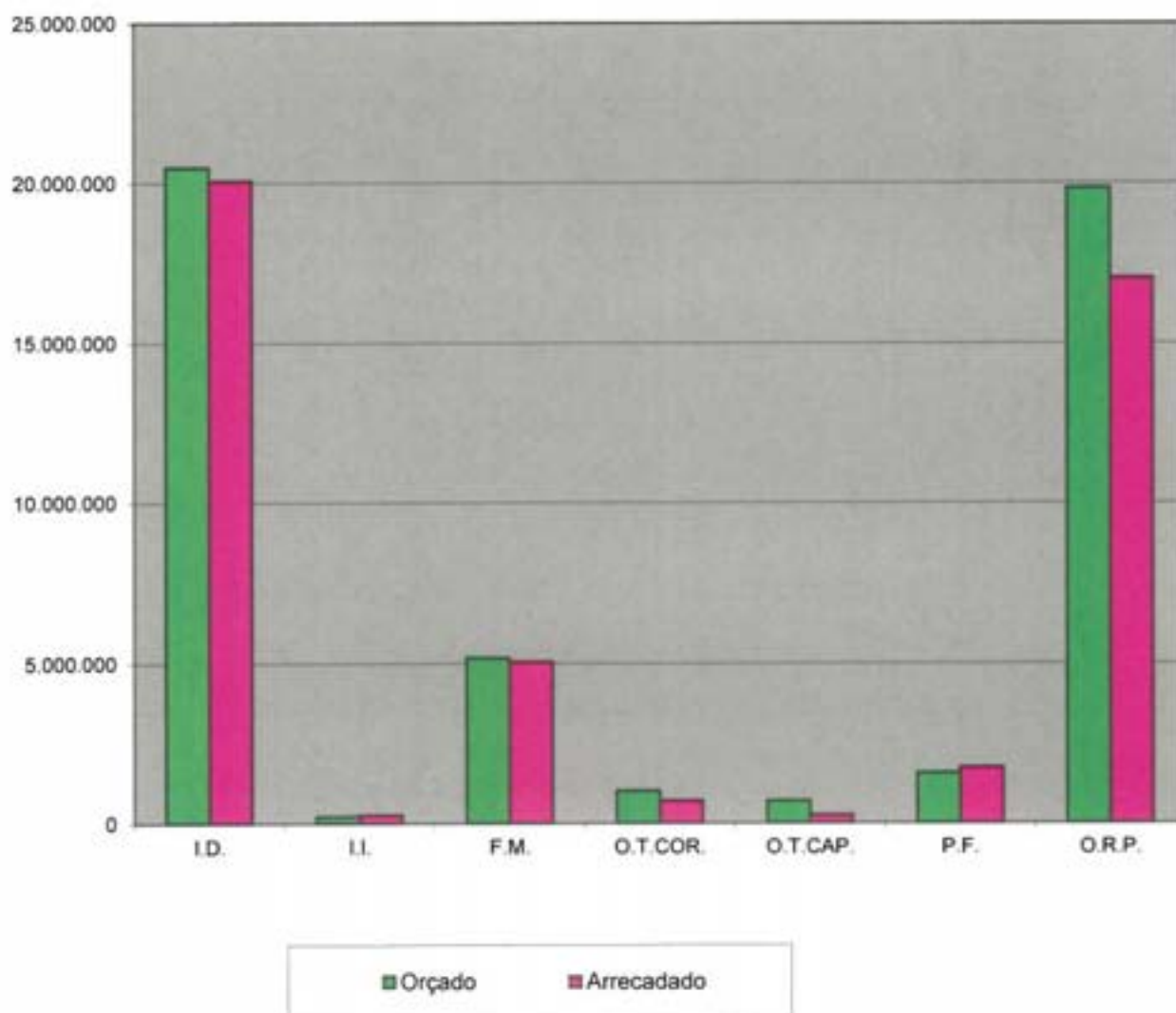
7.

QUADRO II
RECEITAS MUNICIPAIS

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	DOTAÇÃO INICIAL	ARRECADADAS NO ANO	DIFERENÇAS	
			VALOR	%
RECEITAS CORRENTES				
IMPOSTOS DIRECTOS :	20.489.300	20.083.738	-405.562	98,9
. I.M.I.	14.890.000	13.784.499	-1.015.501	93,1
.CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA	557	2.086	1.529	374,5
.IMPOSTO S/ TRANSM. ONEROSAS IMOVEIS	3.850.000	4.673.521	823.521	121,4
.SISA	3.743	1.384	-1.859	50,3
.I.U.C.	1.600.000	1.283.779	-316.221	80,2
.OERRAMA	235.000	337.969	102.969	143,8
IMPOSTOS INDIRECTOS	216.766	262.242	45.477	121,0
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	3.458.941	1.866.920	-1.592.021	54,0
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1.246.426	1.131.261	-115.165	90,8
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES :	5.979.795	5.553.154	-426.641	92,9
.FUNDO EQUILIBRIO FINANCEIRO	1.013.567	1.785.998	-127.569	93,3
.FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	774.355	774.355	0	100,0
.PARTICIPAÇÃO FIXA NO IRS	2.278.398	2.278.398	0	100,0
.OUTRAS	1.013.477	714.405	-299.072	70,5
VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	13.802.771	13.128.286	-674.485	95,1
.VENDA DE BENS	3.551.533	3.417.492	-134.041	96,2
.SERVIÇOS CORRENTES	10.035.438	9.432.982	-602.456	94,0
.RENDAS	215.800	277.812	62.012	128,7
OUTRAS RECEITAS	847.028	444.695	-402.333	52,5
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	46.041.026	42.470.298	-3.570.730	92,2
RECEITAS DE CAPITAL				
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	62.226	1.450	-60.776	2,3
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL :	1.302.529	938.189	-364.340	72,0
.FUNDO EQUILIBRIO FINANCEIRO	212.618	212.618	0	100,0
.COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	100.010	0	-100.010	0,0
.OUTRAS TRANSFERÊNCIAS ESTADO	20	0	-20	0,0
.PDCT-AML-Prom. Efic. Energ. (Edif. e Equip. Public)	100.150	0	-100.150	0,0
.PDCT-AML-PRARRABIDA-Cons. Val. Prom. Patr. Arráb.	10.100	31.634	21.534	313,2
.PDCT-AML-Reab. Sant. de N.º Sr.ª do Cabo Espichel	10.100	0	-10.100	0,0
.PDCT-AML-Ampliac. Inf. Ens. Pré-Esc. Bás. Q.P.C.	50.000	0	-50.000	0,0
.PEDU-Mun. Ses. Plano Mobilidade Urbana Sustentável	132.300	0	-132.300	0,0
.PEDU-Mun. Ses. amb. Plano de Acção Regeneração Urbana	60.100	0	-60.100	0,0
.PEDU-M. Ses. -Plano de Acção Integred. p/Comunid. Desfav.	193.610	32.838	-160.672	17,0
.Fundo de Coesão 2014-2020 POSEUR	38.010	36.952	-1.058	97,2
.OUTRAS TRANSF. COMUNITÁRIAS	3.000	147.709	144.709	4823,6
.FAMILIAS (PROPRIETÁRIOS)	392.511	476.438	83.827	0,0
PASSIVOS FINANCEIROS	1.574.915	1.745.671	170.756	110,8
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.407	1.364	-29.053	4,5
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	8.679	233	-8.446	2,7
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.978.756	2.686.897	-291.859	90,2
TOTAL DAS RECEITAS	49.019.782	45.157.193	-3.862.589	92,1

ORIGEM DAS RECEITAS DO MUNICÍPIO 2017

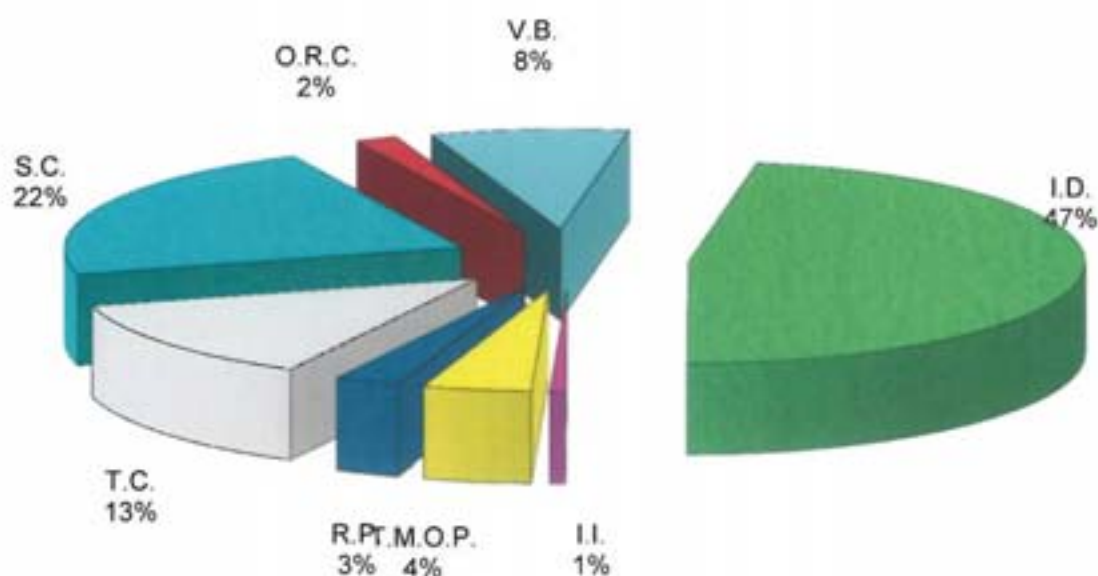

 77
 4
 f
 m



CODIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇADO	ARRECADADO	%
I.D.	IMPOSTOS DIRECTOS	20.489.300	20.083.738	98,02
I.I.	IMPOSTOS INDIRECTOS	216.765	262.242	120,98
F.M.	FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTE E CAPITAL	5.178.936	5.051.367	97,54
O.T.COR.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.013.477	714.405	70,49
O.T.CAP.	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	697.300	249.133	35,73
P.F.	PASSIVOS FINANCEIROS	1.574.915	1.745.671	110,84
O.R.P.	OUTRAS RECEITAS PRÓPRIAS	19.849.089	17.050.637	85,90
TOTAL		49.019.782	45.157.193	92,12

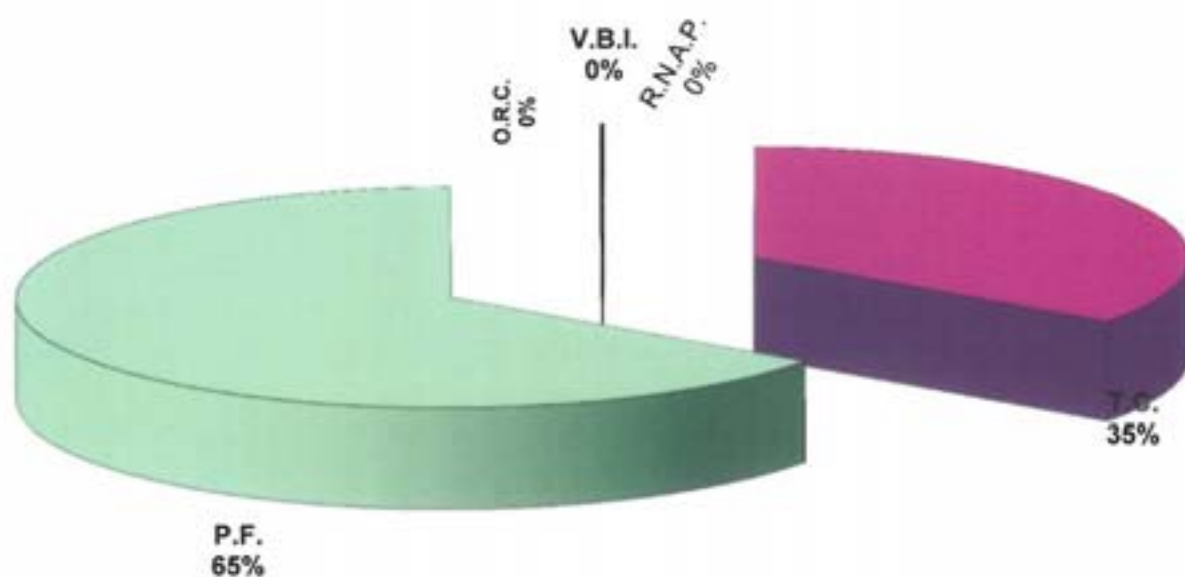
- 4x
→
2
F
M

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS (2017)



CODIGO	DESIGNAÇÃO	ARRECADADO	% em 2017	% em 2016
I.D.	IMPOSTOS DIRECTOS	20.083.738	47,29	44,98
I.I.	IMPOSTOS INDIRECTOS	262.242	0,62	0,56
T.M.O.P.	TAXAS, MULTAS O. PENALIDADES	1.866.920	4,40	4,80
R.P.	RENDIMENTO DE PROPRIEDADE	1.131.261	2,66	3,51
T.C.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.553.154	13,08	14,05
S.C.	SERVIÇOS CORRENTES	9.432.982	22,21	22,34
O.R.C.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	722.507	1,70	1,64
V.B.	VENDA DE BENS	3.417.492	8,05	8,13
TOTAL		42.470.296	100	100

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS RECEITAS CAPITAL ARRECADADAS (2017)



CODIGO	DESIGNAÇÃO	ARRECADADO	% em 2017	% em 2016
V.B.I.	VENDA BENS INVESTIMENTO	1.450	0,05	0,06
T.C.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	938.189	34,92	41,33
P.F.	PASSIVOS FINANCEIROS	1.745.671	64,97	58,23
O.R.C.	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.354	0,05	0,31
R.N.A.P.	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	233	0,01	0,07
TOTAL		2.686.897	100	100

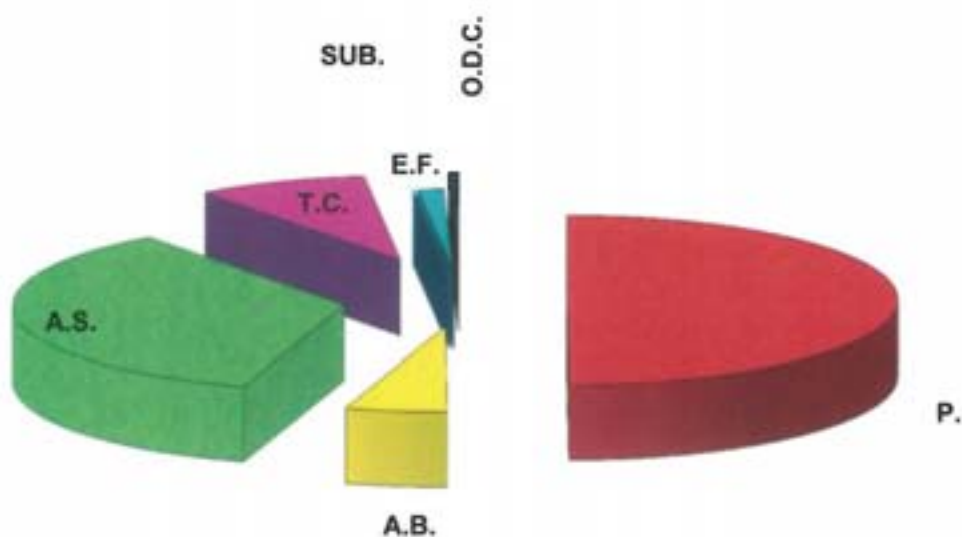
**QUADRO III
DESPESAS MUNICIPAIS**

DESIGNAÇÃO	PAGAS		ASSUMIDAS E NÃO		TOTAL	
	(1)		PAGAS	(2)	(1)+(2)	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES						
PESSOAL :	17.502.446	39,15	334.148	11,26	17.836.594	37,41
. Remunerações	13.650.487	30,53	0	0,00	13.650.487	28,63
. Segurança Social	3.670.467	8,21	286.541	9,66	3.957.008	8,30
. Outros Encargos	181.492	0,41	47.607	1,60	229.099	0,48
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	12.898.252	28,85	1.424.621	48,01	14.322.873	30,04
. Combustíveis e Lubrificantes	695.834	1,56	68.441	2,31	764.275	1,60
. Outros Bens	933.635	2,09	76.679	2,58	1.010.314	2,12
. S.L.E.	1.554.853	3,48	193.832	6,53	1.748.685	3,67
. Comunicações	396.620	0,89	35.606	1,20	432.226	0,91
. Transportes	534.937	1,20	115.656	3,90	650.593	1,36
. Outras Aquisições de Serviços	8.782.373	19,64	934.407	31,49	9.716.780	20,38
JUROS E OUTROS ENCARGOS	444.377	0,99	5.950	0,20	450.327	0,94
. Empréstimos de Curto Prazo	4.029	0,01	83,00	0,00	4.112	0,01
. Emp.de Médio e Longo Prazo	321.034	0,72	1.972	0,07	323.006	0,68
. S.L.E.	19.773	0,04	1.897	0,06	21.670	0,05
. Outros	99.541	0,22	1.998	0,07	101.539	0,21
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES :	2.936.421	6,57	22.204	0,75	2.958.625	6,21
. Administração Central	85.031	0,19	0	0,00	85.031	0,18
. Administração Local	145.241	0,32	0	0,00	145.241	0,30
. Bombeiros	374.500	0,84	0	0,00	374.500	0,79
. Outras Instituições	2.230.512	4,99	22.204	0,75	2.252.716	4,72
. Particulares	100.787	0,23	0	0,00	100.787	0,21
. Resto do Mundo	350	0,00	0	0,00	350	0,00
SUBSIDIOS :	0	0,00	0	0,00	0	0,00
. Públicas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
. Particulares	0	0,00	0	0,00	0	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.087	0,39	374	0,01	175.461	0,37
TOTAL DESPESAS CORRENTES	33.956.583	75,95	1.787.297	60,23	35.743.880	74,97
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS	6.449.253	14	1.178.508	40	7.627.761	16,00
. Terrenos	30.930	0,07	0	0,00	30.930	0,06
. Habitação	583.864	1,31	25.287	0,85	609.151	1,28
. Edifícios	403.801	0,90	178.719	6,02	582.520	1,22
. Construções Diversas	3.491.790	7,81	779.362	26,27	4.271.152	8,96
. S.L.E.(Iluminação Pública)	85.524	0,19	0	0,00	85.524	0,18
. Outras Construções	3.406.266	7,62	779.362	26,27	4.185.628	8,78
. S.L.E.	0	0,00	0	0,00	0	0,00
. Outras Construções	3.406.266	7,62	779.362	26,27	4.185.628	8,78
. Material de Transporte	687.956	1,54	126.226	4,25	814.182	1,71
. Equipamento Informático	108.081	0,24	30.121	1,02	138.202	0,29
. Software Informático	0	0,00	0	0,00	0	0,00
. Equipamento Administrativo	66.279	0,15	6.049	0,20	72.328	0,15
. Equipamento Básico	594.465	1,33	18.699	0,63	613.164	1,29
. Ferramentas e Utensílios	8.542	0,02	3.955	0,13	12.497	0,03
. Outros Investimentos	152.545	0,34	10.090	0,34	162.635	0,34
. Bens de Domínio Público	321.000	0,72	0	0,00	321.000	0,67
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL :	808.489	1,81	1.420	0,05	809.909	1,70
. Soc. E quase Soc. Não financeiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00
. Administração Local	495.757	1,11	0	0,00	495.757	1,04
. Bombeiros	80.166	0,18	0	0,00	80.166	0,17
. Outras Instituições	203.871	0,46	0	0,00	203.871	0,43
. Particulares	28.695	0,06	1.420	0,05	30.115	0,06
ACTIVOS FINANCEIROS	231.693	0,52	0	0,00	231.693	0,49
PASSIVOS FINANCEIROS	3.258.203	7,29	0	0,00	3.258.203	6,83
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	5.738	0,01	0	0,00	5.738	0,01
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	10.753.376	24,05	1.179.928	40,35	11.933.304	25,03
TOTAL DAS DESPESAS	44.709.959	100,00	2.967.225	100,0	47.677.184	100,0

SÍNTESE DAS DESPESAS CORRENTES POR CAPÍTULO ECONÓMICO (2017)

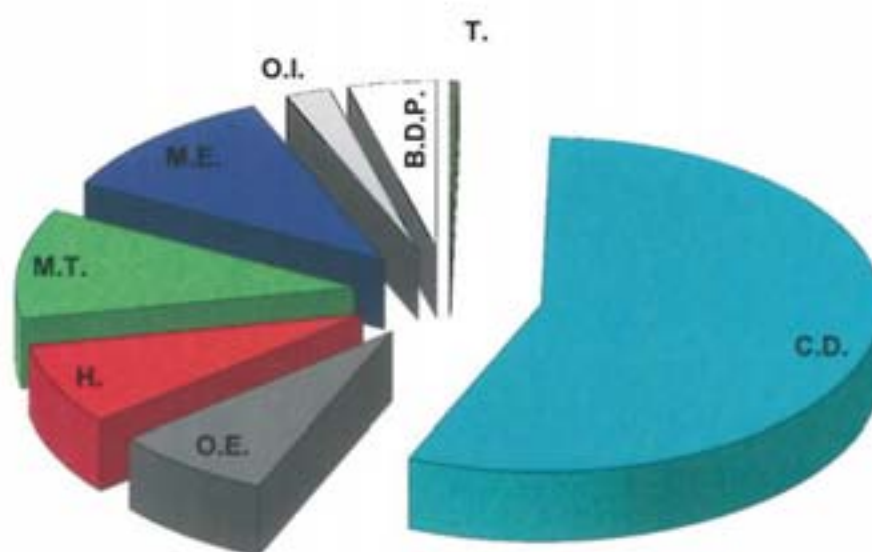
P.

Handwritten notes and symbols in the top right corner, including a blue circle, arrows, and cursive letters.



CODIGO	DESIGNAÇÃO	VALOR DESPENDIDO	% em 2017	% em 2016
P.	PESSOAL	17.836.594	49,90	48,72
A.B.	AQUISIÇÃO DE BENS	1.774.589	4,96	4,65
A.S.	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	12.548.284	35,11	37,09
T.C.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.958.625	8,28	6,78
SUB.	SUBSÍDIOS	0	0,00	0,05
E.F.	ENCARGOS FINANCEIROS	450.327	1,26	2,31
O.D.C.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	175.461	0,49	0,39
TOTAL		35.743.880	100	100

SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS POR CAPÍTULO ECONÓMICO (2017)



CODIGO	DESIGNAÇÃO	VALOR DESPENDIDO	% em 2017	% em 2016
T.	TERRENOS	30.930	0,41	0,13
C.D.	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	4.271.152	55,99	60,31
O.E.	OUTROS EDIFÍCIOS	582.520	7,64	9,69
H.	HABITAÇÃO	609.151	7,99	2,47
M.T.	MATERIAL DE TRANSPORTE	814.182	10,67	10,74
M.E.	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	836.191	10,96	14,80
O.I.	OUTROS INVESTIMENTOS	162.635	2,13	1,87
B.D.P.	BENS DE DOMINIO PÚBLICO	321.000	4,21	0,00
TOTAL		7.627.761	100	100